

Escravidão e capitalismo na América portuguesa: uma invenção ou uma anomalia necessária?

Artigo Completo

Carlos Otávio Zamberlan¹

Luiz Paulo Ferreira Nogueiról²

Resumo

É possível a coexistência de um regime capitalista com trabalho escravo? No Brasil a escravidão fez parte de um momento histórico, aceitando que o país nasceu capitalista essa coexistência ocorreu em terras brasileiras. O objetivo desse estudo é analisar as relações de trabalho no Brasil, principalmente na fase colonial, a fim de verificar se elas podem ser fruto do capitalismo ou esse regime foi instaurado em outra fase distinta da história econômica brasileira. Através de uma revisão teórica foram confrontadas opiniões e evidências proveniente de autores como Caio Prado Jr., Florestan Fernandes, Luiz Felipe de Alencastro e outros. Concluiu-se que o capitalismo sempre existiu no Brasil e que a escravidão foi necessária para sua reprodução em virtude, também, da escassez de mão-de-obra.

Palavras-Chaves: Capitalismo; Escravidão; Relações de Trabalho

ABSTRACT

Is the coexistence of a capitalist regime with slavery possible? In Brazil slavery was part of a historical moment, accepting the fact that the country was founded capitalist, this coexistence took place on Brazilian lands. The aim of this study was to analyze work relations in Brazil, mainly during the colonial phase, in order to verify if they could be the result of capitalism or if this regime was set up in a different phase distinct from Brazilian economical history. Through a theoretical revision, opinions and evidences were confronted originating from authors such as Caio Prado Jr., Florestan Fernandes, Luiz Felipe de Alencastro and others. It was concluded that capitalism always existed in Brazil and that slavery was necessary for its reproduction in virtue, as well as the labor shortage.

Keywords: Capitalism; Slavery; Work Relations

¹ Doutor em Economia pela Universidade Federal do rio Grande do Sul e Professor da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Ponta Porã/MS. E-mail: carlos.otavio@uems.br

² Professor da Universidade de Brasília, Doutor em Economia Aplicada pela UNICAMPI, orientador do Programa de Pós-Graduação em Economia do Desenvolvimento da UFRGS. E-mail: cpge@ufrgs.br

1. Introdução

É possível coexistir um regime de trabalho escravo e um sistema capitalista? O título do trabalho coloca essa questão ao dizer que capitalismo e escravidão é uma invenção, não poderia então existir essa relação de trabalho com esse regime político, econômico e social. Por outro lado, o próprio título sugere a coexistência, como sendo uma anomalia dentro do sistema capitalista.

A escravidão faz parte de um momento histórico do trabalho no Brasil; no entanto, o braço escravo foi uma reinvenção do capital na era dos descobrimentos? Essa pergunta só pode ser respondida se for entendido que o capitalismo sempre existiu no Brasil. Sabe-se que atualmente o Brasil é considerado um país emergente que se encontra em uma condição capitalista de produção; porém, o capitalismo brasileiro é fruto de uma revolução burguesa ou o país nasceu capitalista, sem ter a necessidade da ocorrência de uma revolução para que houvesse sua implantação, como ocorreu na Europa ao final da Idade Média? O capitalismo brasileiro só surgiu a partir da incorporação do trabalho assalariado que substituiu o trabalho escravo ou a escravidão faz parte da história capitalista brasileira? O objetivo deste trabalho é verificar se houve relação do trabalho escravo com o capitalismo no Brasil colônia analisando o surgimento do sistema capitalista brasileiro, ou seja, definindo se ele nasceu com o descobrimento ou foi fruto de uma progressiva revolução que instaurou as bases capitalistas no país.

Para Caio Prado Jr., o Brasil nasceu capitalista não necessitando haver uma revolução como a ocorrida no velho continente para substituir o sistema Feudal, que se caracterizou por relações servis de trabalho, descentralização de poder político, pela quase imobilidade social e pelas inúmeras propriedades pertencentes a elementos da nobreza e do clero, chamados senhores feudais.

Todavia Florestan Fernandes (1987) defende que o Brasil passou a ser capitalista após uma revolução burguesa, lenta e gradual, que após a incorporação de princípios liberais possibilitou a implantação desse regime. Foi a partir da ideologia liberal que se buscou a emancipação do Brasil da dependência colonial e o país passou a reorganizar a sociedade e a economia, mudando de uma economia colonial para uma economia com estruturas de mercado interno, que associado a uma demanda externa por produtos primários, possibilitou medrar o capitalismo no Brasil.

Este trabalho traz argumentos de vários autores sobre a história e as relações de trabalho, principalmente da fase colonial para ver se essas relações podem ou não ser fruto do capitalismo ou se este surgiu em alguma fase distinta na evolução histórica brasileira. No presente artigo, inicia-se fazendo uma caracterização do regime capitalista para

posteriormente apresentar informações históricas com relação ao capitalismo brasileiro e a escravidão, analisando-as a fim de chegar a uma conclusão sobre o surgimento do capitalismo Brasileiro e sua relação com o trabalho escravo.

2. Regime Capitalista

O regime capitalista é um sistema econômico, social e político que começou a surgir com o declínio do sistema feudal, que predominou na Europa do século VIII ao XV e que tinha como uma das suas características a divisão da Europa em diversas propriedades agrícolas cujos donos eram chamados de senhores feudais.

Na sociedade feudal existiam as camadas sociais distintas, uma dos senhores feudais, que era composta pelo clero e a nobreza, e a do povo, composta por trabalhadores livres e pelos servos. Os últimos eram submetidos ao regime de servidão por trabalharem numa terra que não lhes pertencia e eram obrigados a dar para os seus senhores grande parte do que era produzido, restando muito pouco para eles, o que contribuía para impossibilitar sua ascensão social.

Conforme Silva e Bastos (1983), com o desenvolvimento do comércio, que tem início logo após as primeiras cruzadas (importantes para abertura de relações entre Europa, África e Ásia), o consumo de produtos orientais aumenta na Europa, o que possibilita a criação de companhias mercantis e de rotas comerciais importantes. Nas diversas rotas foram criadas feiras medievais onde os comerciantes vendiam seus produtos e aos poucos as feiras tornaram-se cidades, chamadas de burgos, onde moravam os comerciantes, posteriormente chamados burgueses. Os burgueses entravam em acordo com o senhor feudal para poder exercer atividade mercantil mediante pagamento de taxas e reuniam-se em associações mercantis para defenderem-se de comerciantes estrangeiros.

Além das associações de comerciantes, conforme os autores, os artesãos também possuíam suas associações, com a finalidade de evitar concorrência externa e entre os próprios artesãos. Cada corporação determinava preço e limite de produção, adequando produção e consumo, evitando superprodução e especulação de preços. Cada artesão possuía sua oficina e nelas trabalhavam aprendizes, por salários, que poderiam vir a ser proprietários de suas próprias oficinas.

Dessa forma o capitalismo foi se firmando como sistema à medida que os mercados consumidores foram se ampliando, trocas monetárias foram substituindo os modelos baseados no escambo e o comércio tornou-se uma atividade dinâmica possibilitando o acúmulo de capital.

Conforme Fazoli Filho (1977), o capitalismo tem suas estruturas básicas montadas em meados do século XV onde foi importante a substituição de rotas comerciais, terrestres e marítimas. Com relação às rotas marítimas foi fundamental a reativação de portos da península Ibérica, contribuindo para que o eixo comercial da Europa pendesse para o ocidente, onde despontavam a Espanha e Portugal, pois eles podiam se beneficiar das rotas do Oceano Atlântico, o que contribuía para que pudessem superar os italianos no comércio marítimo.

Para os autores, as novas rotas terrestres contribuíram para o desenvolvimento de cidades como Nuremberg e Augsburg, considerados poderosos centros econômicos dominados por famílias de banqueiros.

Para Caio Prado Jr. (1980), os acontecimentos dessa fase histórica, como a expansão ultramarina européia, os descobrimentos das ilhas do Cabo Verde, Açores e Madeira, o descobrimento da América, a ocupação da costa africana, entre outros, foi um capítulo da história do comércio europeu, uma ação da imensa empresa comercial a que se dedicam os países da Europa a partir do século XV.

Esses acontecimentos, principalmente os descobrimentos, culminaram na criação de colônias que alimentavam a grande empresa comercial européia de produtos de elevada demanda comercial. Consoante Dantas (1989), a colonização da América, por exemplo, no século XVI, ocorreu como continuidade da expansão marítimo-comercial e contribuiu para o crescimento da economia capitalista européia. Para o autor, era interessante ao capitalismo mercantil organizar a colonização como uma empresa lucrativa de maneira que as riquezas coloniais alimentassem as correntes comerciais da Europa, promovendo o crescimento e consolidação do capitalismo.

Nota-se que o capitalismo possui como característica uma economia de mercado, trocas monetárias, existência de empresas, preocupação com o acúmulo do capital, lucro e relações assalariadas de produção.

O capitalismo conheceu sua fase comercial com o mercantilismo nos séculos XV a XVIII, e sua fase industrial com a revolução industrial inglesa, ocorrida no final do século XVIII, onde a atividade industrial passa a ser a principal fonte geradora de riqueza e reprodutora de capital. Não é do escopo desse trabalho explicar as distintas fases do capitalismo, pois para analisar o surgimento do capitalismo no Brasil e sua relação com os regimes de trabalho existentes no período colonial, não se faz necessário maiores explicações sobre o regime capitalista.

3. O Brasil capitalista e o trabalho escravo

E no Brasil, quando o capitalismo foi instaurado? A escravidão, não seria um entrave para implantação do capitalismo, já que ele também é caracterizado pelo trabalho livre e assalariado? Antes de responder essas indagações é necessário definir quando passou a existir o país chamado Brasil. Quando surge o Brasil? O Brasil possui mais de 500 anos? Se partir do descobrimento para contar a idade do Brasil, ele possui mais de 500 anos; no entanto, o Brasil, como nação, não existiu durante todo o período colonial. Pode-se dizer que o Brasil passou a existir após sua independência, no ano de 1822. Mas pode-se questionar a independência do Brasil, pois ela foi apenas política, libertando Brasil de Portugal; todavia, o país ficou economicamente dependente da Inglaterra. Para fins desse trabalho, discutir-se-á o surgimento capitalista e as relações escravistas a partir do descobrimento do território brasileiro, em 1500.

Para Caio Prado Jr. o Brasil sempre foi capitalista, desde os tempos coloniais. No entanto, Florestan Fernandes (1987) não concorda com essa visão, para ele o capitalismo surgiu com uma revolução burguesa gradual, que teve início a partir da grande revolução social por ele considerada: a independência do Brasil.

Para o autor (1987), o capitalismo necessitaria de uma economia de mercado interna, ou seja, de consumidores que surgiriam da condição de trabalho livre e assalariado. Segundo ele, a ruptura com a era colonial baseada no trabalho escravo só ocorreu com o imigrante, que veio substituir o escravo nas fazendas de café. Esse imigrante era assalariado, fator fundamental para o desenvolvimento do capitalismo.

Aqui se observa dois momentos distintos que contribuem para a formação do capitalismo no Brasil, em primeiro a independência, que para Florestan Fernandes é o marco histórico do fim da era colonial e o começo da formação de uma sociedade nacional, em segundo a substituição da mão-de-obra escrava pela do imigrante assalariado, o que mostra uma gradual formação do sistema capitalista.

Todavia, para Caio Prado Jr. (1980) o trabalho escravo foi necessário para a colônia, pois não havia condições de ter trabalhadores livres nos latifúndios monocultores brasileiros, mesmo porque, não havia mão-de-obra suficiente para isso, nem na colônia nem na metrópole, tanto para enviar como para trabalhar em Portugal.

Nas colônias portuguesas e espanholas, como no Brasil, não se chegou a cogitar o trabalhador branco. Nem na Espanha, nem em Portugal havia, como na Inglaterra, mão-de-obra disponível e disposta a emigrar a qualquer preço. A população portuguesa era insuficiente, faltavam trabalhadores por toda a parte e empregava-se, em crescente escala, o trabalho escravo; primeiro dos mouros; como depois de negros que afluíram para o reino por volta de meados desse mesmo século (PRADO JR., 1980).

Essa colocação supõe que o trabalho livre não teria sido utilizado, também, pela inexistência de trabalhadores, o que obrigou, em virtude do tipo de exploração exercido na empresa colonial portuguesa, a adotar a mão-de-obra escrava, da mesma forma que ocorria na própria metrópole.

Primeiramente, no Brasil Colônia, explorou-se o pau-brasil, utilizando-se, principalmente, mão-de-obra indígena. Os primeiros escravos no Brasil foram os nativos, que nas regiões mais ricas, inicialmente no nordeste, depois no sudeste brasileiro e, ainda, na região sul, foram substituídos por africanos. Para Alencastro (2000), os índios foram substituídos por africanos por várias razões, entre elas a fragilidade do índio frente ao choque epidemiológico resultante da união microbiana do mundo em virtude, principalmente dos descobrimentos. Os índios eram vulneráveis às doenças trazidas pelos europeus, o que não ocorria com os africanos.

Outra razão apontada por Alencastro (2000) era a reprodução da mão-de-obra escrava. Para que houvesse reprodução do escravo era necessário que os portugueses se relacionassem com um tipo de sociedade economicamente mais evoluída que a indígena encontrada no Brasil. A vida social baseada na coleta e caça dos indígenas da América portuguesa não condizia com fornecimento de escravos, pois não era necessário fazer escambo para sobreviver. Além disso, os indígenas não eram caçadores de homens, a fim de transformá-los em escravos e em mercadoria de troca.

Na África ocidental quinhentista já haviam reinos estruturados em torno do comércio de escravos, tirando proveito do tráfico com os europeus. Esses reinos africanos caçavam pessoas transformando-as em mercadorias, que eram posteriormente comercializadas. Portugal tinha em Angola a maior fornecedora de escravos, onde o indivíduo era capturado e apartado de sua comunidade nativa e, despersonalizado, sendo convertido em mercadoria, transformado em fator de produção (ALENCASTRO,2000).

O uso de estrangeiros como escravos também foi um fator importante no uso de negros em substituição ao indígena na América portuguesa. Para o autor, quanto mais distante e isolado estivesse o escravo de sua comunidade nativa, mais completa seria sua mudança em fator de produção e mais profícua sua atividade. Associado a isso estava o risco de fuga e de rebelião do escravo, e também o seu preço, estando distante de sua comunidade o escravo teria pouco estímulo para fugir. O grau de dessocialização do cativo constituía uma importante variável na formulação de seu preço, pelos fatores já expostos.

A necessidade de escravos vinha, principalmente, do tipo de exploração das colônias, primeiro pela extração do pau-brasil e depois pela exploração da cana-de-açúcar.

Apesar de não se saber ao certo quando os portugueses introduziram a cana-de-açúcar no Brasil, os interesses econômicos estiveram voltados para a comercialização do pau-brasil, de elevado valor na Europa. No entanto, em 1516 a Casa da Índia (órgão de administração colonial) ordenara a vinda de um técnico de manufatura de açúcar para o Brasil. Todavia, só nas décadas de 1530 e 1540 que a produção de açúcar se estabeleceu em bases sólidas em território brasileiro (SCHWARTZ, 1988).

Para Marquese (2006), estando baseada na experiência acumulada com o fabrico do açúcar nas ilhas da Madeira e de São Tomé, a Coroa portuguesa procurou estimular as propriedades açucareiras no Brasil desde a década de 1530. Mas até 1570 os colonos encontraram dificuldades para fundar em bases sólidas uma rede de engenhos, pois se depararam com problemas de recrutamento de mão-de-obra e falta de capitais para financiar a construção dos engenhos. Ao atrelarem a produção brasileira com os centros consumidores da Europa e com a intensificação do tráfico de escravos oriundos da África, as maiores dificuldades foram resolvidas e se deu o arranque definitivo da indústria açucareira escravista.

Com o desenvolvimento da cultura de cana-de-açúcar no território brasileiro, cresceu a demanda por mão-de-obra. Não existindo mão-de-obra livre, a necessidade de escravos ficou ainda maior. Conforme Dantas (1989), o desbravamento e preparo das terras brasileiras para o plantio da lavoura de cana-de-açúcar era uma tarefa custosa e de extrema dificuldade em função do terreno virgem e hostil ao homem, tornando necessário o esforço de muitos trabalhadores, não sendo um empreendimento para pequenos proprietários rurais. Após isso, a plantação e logística que envolve a colheita e o beneficiamento não eram rentáveis para pequenos produtores; dessa forma, visando lucro era essencial uma produção em larga escala, que só poderia ser feita com grande número de trabalhadores, escravos, pois não havia mão-de-obra livre que emigrasse para a colônia, mesmo pelo fato de sua inexistência na metrópole e também nas demais colônias portuguesas.

Esse fato obrigou os capitalistas mercantis e colonizadores a utilizar da mão-de-obra escrava no Novo Mundo, da mesma forma que já vinha sendo utilizada nas ilhas do Atlântico, também colonizadas pelos Ibéricos. O trabalho escravo, diferente do trabalho livre, não era visto como custo, mas como um instrumento de produção, bem como colocado por Araújo (1998), quando diz que na economia escravista o trabalho não era considerado um custo que fosse preciso pagar por unidades de tempo, de esforço e de energia gasta no processo de produção. A força de trabalho não era comprada, mas sim o próprio trabalhador. O trabalho podia então ser assimilado a um instrumento do cultivo e ser analisado em termos de investimento ou meio de produção, tal como a terra; mas não como atividade fundadora do valor.

Uma das prerrogativas do capitalismo é a “exploração” do trabalho assalariado pelo capital; então a não existência de trabalhador assalariado indica a não ocorrência do capitalismo no Brasil colônia? Não necessariamente, pois o Brasil Colônia necessitava de mão-de-obra escrava para ser explorado pelo capital, gerando lucro e reproduzindo o próprio capital. Para PRADO Jr. (1980) foram essas circunstâncias que determinaram o tipo de exploração agrária adotada, ou seja, a grande propriedade, monocultora e lucrativa, pois atendia a demanda do mercado externo.

Esse sistema de produção era chamado de *plantation* e exigia um grande contingente de trabalhadores, inviabilizando a mão-de-obra livre. Primeiro como transportar o trabalhador livre na quantidade necessária da Europa para o Brasil? Isso demandaria uma inversão de capital muito grande, o que seria antieconômico e, portanto, contra os interesses do capital. Segundo, como atrair essa mão-de-obra para condições extremamente difíceis de trabalho? E não havendo uma população portuguesa numerosa, não adiantaria pensar em soluções para atração de trabalhadores livres. A solução viável foi a utilização do escravo para o trabalho pesado.

Todavia, dizer que era inexistente o trabalho assalariado é incorrer em inverdades. O trabalhador especializado era assalariado como os mestres-de-açúcar e os purgadores. PRADO Jr. (1980) coloca que o trabalho livre, apesar de raro existia na colônia, pois o trabalho especializado e de direção era assalariado.

Para corroborar a visão de Caio Prado Jr. sobre a escravidão, Alencar, Carpi e Ribeiro (1979) salientam que ela era lucrativa, pois, ao nível da mercadoria humana, permitia a acumulação de capital por parte da burguesia traficante. Na produção, a mão-de-obra escrava sustentava a classe dominante colonial e as classes dominantes metropolitanas (pacto colonial). Enfim, a escravidão servia ao capital pela impossibilidade da existência do trabalho livre fazer isso nas colônias, principalmente no Brasil.

Então a escravidão, como conhecida no período dos Descobrimentos era uma forma de exploração capitalista? O escravo era um fator de produção, era uma mercadoria de troca, fazia parte dos mercados e era a única alternativa de mão-de-obra nas terras americanas e, principalmente, brasileiras, para produção de bens demandados pelo continente europeu, como a cana-de-açúcar. Portanto, é possível admitir que a escravidão fosse uma ferramenta do capitalismo nesse período histórico.

No entanto, Fernandes (1987) não entende que a escravidão tenha sido uma forma do capital se reproduzir, pois para ele o capitalismo no Brasil foi implantado após a independência, com a autonomização política e das tendências históricas por ela

engendradas como a criação de uma economia, de um Estado e de uma sociedade nacionais.

Para o autor, o capitalismo não nasceu a partir da diferenciação interna da ordem econômica preexistente, do sistema colonial, mas vincula-se a um desenvolvimento de absorção cultural, de organização política e de crescimento econômico, que tinha suporte material ou político na economia colonial, sem nela lançar suas raízes, pois nasce uma nova estrutura da conjugação histórica de novas possibilidades de ação econômica e padrões de organização do comportamento econômico.

Antes mesmo da independência, com a vinda da família real para o Brasil, e a abertura dos portos em 1808, já há uma alteração no comportamento econômico, os brasileiros já podem negociar com outros países, havendo um rompimento do pacto colonial e contrariando os princípios do monopólio comercial, o que já era um ensaio para o pensamento liberal no Brasil, que auxiliou na proclamação da independência em 1822.

Segundo Fernandes (1987), o Brasil se tornou capitalista a partir da Revolução Burguesa, que iniciou com a independência. Primeiro ponto destacado por ele foi a liberdade de comércio, pois a burguesia comercial brasileira queria negociar diretamente com a Inglaterra, não tendo que passar por Portugal. O autor salienta que para haver capitalismo o primeiro ponto seria a criação de um Estado nacional e o segundo a criação de mão-de-obra livre que deveria ocorrer concomitantemente com abolição da escravatura. Essa última também foi gradual, sendo em 1850, com a abolição do tráfico de escravos, um momento decisivo para o fim da escravidão ocorrida em 1888.

A Lei do Ventre Livre, também foi importante rumo à criação do trabalho assalariado, pois considerava livres todos os filhos de escravos, após atingir 21 anos, nascidos a partir de 28 de setembro de 1850. Essa lei foi um estágio evolutivo entre o trabalho escravo e o regime de trabalho livre.

Esses acontecimentos parecem fazer parte do processo de revolução burguesa que possibilitou a implantação do capitalismo no Brasil. Todavia, Prado Jr. (1987: 68) afirma que:

Os países da América Latina sempre participaram, desde a sua origem na descoberta e colonização por povos europeus, do mesmo sistema em que se constituíram as relações econômicas que, em última instância, foram dar origem ao imperialismo, a saber, o sistema capitalista. São essas relações que, em sua primeira fase do capital comercial, presidiram à instalação e à estruturação econômica e social das colônias, depois nações latino-americanas. É assim, dentro de um mesmo sistema que evoluiu e se transformou do primitivo e originário capitalismo comercial, é aí, e por força das mesmas circunstâncias (embora atuando diferentemente no centro e na periferia), que se constituíram de um lado as grandes potências econômicas dominantes do sistema imperialista, e de outro os países dependentes da América Latina.

Então, se os países da América Latina, isso inclui o Brasil, já nasceram capitalistas, não há motivo para a existência de uma revolução burguesa para a sua implantação. Então o que teria acontecido no Brasil de forma gradual seriam acontecimentos históricos importantes, mas que não caracterizam uma revolução, incluindo a abertura dos portos, a independência, a abolição do tráfico de escravos e da escravidão, a vinda de imigrantes, entre outros.

Referente a isso Prado Jr. (1987) coloca que uma revolução é um processo histórico assinalado por reformas e modificações econômicas, sociais e políticas, que concentradas em um período histórico relativamente pequeno, culminam em transformações estruturais da sociedade, e em especial das relações econômicas e do equilíbrio de classes sociais. No entanto, ao analisar a revolução burguesa de Florestan Fernandes depara-se com um período histórico contínuo e relativamente amplo, repleto de transformações que não necessariamente caracterizariam uma revolução. Mesmo a independência brasileira pode não ser considerada uma revolução, pois o imperador continuou sendo um membro da família real portuguesa.

A fim de dar uma maior amplitude histórica para o período revolucionário brasileiro, Cardoso (2008) afirma que houve vários tipos de escravidão no Brasil, que elas se diferenciavam de região para região e que em muitas delas o trabalho escravo convivia com o trabalho livre. Cardoso coloca que (2008: 75):

A identificação de diferentes regimes de escravidão mostrou que o Brasil-colônia não era um território dominado exclusivamente por *plantations* monocultoras, nem a sua estrutura social tão simples como se supôs até pelo menos inícios dos anos 1970. Escravos e donos de terras eram sem dúvida as classes centrais, mas havia uma infinidade de outros grupos também importantes para a sustentabilidade da ordem escravista, que incluíam artesãos e artífices nos ofícios urbanos, comerciantes, tropeiros, criadores de animais, pequenos produtores de víveres para o mercado interno, mercadores de escravos, financistas, milicianos, construtores, feitores, pequenos proprietários rurais produzindo para si mesmos etc. [...] Uma importante consequência da identificação de diferentes regimes de escravidão foi a constatação de que já a partir do século XVIII o trabalho escravo conviveu com diversos regimes de trabalho não-escravistas. Isso quer dizer que a transição para o trabalho livre (ou não-escravo) foi muito lenta, tendo um marco apenas convencional em 1850, ano da proibição do tráfico negreiro. Homens livres ou libertos se avolumaram ao longo dos séculos, obtendo meios de vida cujas formas perderam cada vez mais o cariz intersticial que lhes atribuiu a literatura até meados dos anos 1980.

Essas colocações de Cardoso deixam clara a existência de uma sociedade colonial complexa, com classes sociais distintas e, ainda, conduz ao entendimento de um Brasil de graduais e lentas mudanças, como a transição definitiva do trabalho escravo para o trabalho livre e assalariado. O que por definição iria de encontro com a existência de uma revolução burguesa para instauração do capitalismo brasileiro.

Para que tivesse havido uma revolução burguesa no Brasil a fim da implantação do sistema capitalista, Prado Jr. (1987) coloca que deveria ter existido uma fase feudal anterior. Porém, para ele o Brasil nunca apresentou um sistema feudal em sua história. O sistema de trabalho no Brasil foi a escravidão, e muitas das formas de trabalho existentes até hoje possuem resquícios desse sistema, mas que não podem ser caracterizadas como resquícios de um suposto sistema feudal. Para Prado Jr. (1987), escravismo e feudalismo não são a mesma coisa, são sistemas bem distintos e se diferem na natureza das relações de trabalho. No feudalismo há a ocorrência de uma economia camponesa, ou seja, da exploração parcelaria da terra pela massa trabalhadora rural, que se submete a uma classe aristocrática privilegiada que se apropria do sobreproduto do trabalho camponês.

Segundo o autor, a propriedade rural brasileira se originou na exploração comercial em larga escala, não-parcelária, e realizada com o braço escravo, que foi introduzido conjuntamente com essa exploração, formando um todo integrado. Para Prado Jr. (1980) o trabalho escravo serviu ao capital, o que demonstra não ter nada de semelhante com o sistema feudal de produção.

Conforme a visão de Caio Prado Jr. o Brasil não viveu uma revolução burguesa, mesmo porque foi capitalista desde sua descoberta e colonização. Fernandes (1987) aponta uma revolução burguesa gradual, que criou um Estado Nacional, um mercado interno, um mercado de trabalho livre e assalariado e uma ordem social competitiva, condições essenciais, segundo ele, para a implantação de um regime capitalista. No entanto, o capitalismo existente no Brasil era, desde os primórdios de sua colonização, puramente comercial; não existia um Estado Nacional e um mercado interno, a não ser para bens de subsistência, pois a produção agrícola era destinada ao mercado externo. Todavia, o Brasil colonial apresentava os principais elementos de um sistema capitalista como a acumulação de capital, economia de mercado, trocas monetárias, existência de empresas, lucro e, mesmo raras, relações assalariadas de produção, mas a escravidão servia ao capital para gerar mais capital.

Nesse ponto, Prado Jr. (1980) coloca que a escravidão exige maior custo do que o trabalho livre e que iria contra as pretensões do capital, mas deixou claro que o trabalho escravo era a saída para a agricultura de exportação das colônias. Entretanto, não existe evidência empírica que corrobore essa afirmação. Também se supõe que o trabalhador livre produz mais do que o escravo, o que acarretaria menores custos em virtude da produtividade maior do trabalho. Entretanto, não há registros que comprovem isso, e pode ocorrer o inverso em virtude dos métodos utilizados para fazer o escravo trabalhar, que poderia servir de força motriz do comportamento para o trabalho. A tese de que o fato de ser assalariado faz o trabalhador produzir mais não tem base de sustentação, pois as pessoas

podem agir em função de forças negativas, como o castigo, onde a ação ocorre por medo ou aversão.

Carvalho (2003) ao tratar da abolição da escravatura no Brasil coloca que não existiram evidências de que qualquer grupo de proprietários tenha optado pela abolição em função de uma suposta convicção relativa à maior produtividade do trabalho livre. Segundo ele, a escravidão foi tida como economicamente compensadora e a opção pelo trabalho livre se deu em virtude da certeza do fim inevitável do trabalho escravo e não pela sua ineficiência.

Os dados sobre a escravidão no Brasil não são muito precisos, mas possivelmente era um negócio lucrativo, não só para os traficantes, mas para os proprietários de terra e senhores de engenho. Nos EUA, segundo Fogel (1995), um escravo, até os 8 anos de idade consumia mais do que produzia, mas aos 25 anos pagava tudo o que consumia com um lucro de 10% ao ano, com base nos títulos do tesouro americano. Então, um escravo do nascimento até os 8 anos de idade era visto como um investimento.

Dados como esses não se tiveram no Brasil, mesmo porque era mais vantajoso trazer o escravo através do tráfico negreiro, oriundos da África continental, do que investir internamente em terra, capital e trabalho, a fim de garantir a reprodução dessa mão-de-obra (ALENCASTRO, 2000).

Esses argumentos indicam que o trabalho escravo poderia ter sido mais lucrativo que o assalariado, portanto, servindo melhor ao capital, e reforça a posição de que o capitalismo no Brasil colônia já existia.

4. Conclusão

O Objetivo do trabalho foi analisar a relação escravidão e capitalismo no Brasil colonial e buscar definir se o Brasil foi capitalista desde a sua descoberta pelos portugueses. Para melhor compreender a implantação do capitalismo brasileiro foi necessária uma rápida abordagem sobre o surgimento do sistema capitalista, principalmente da transição do feudalismo para o capitalismo comercial. Concluiu-se que o capitalismo sempre existiu no Brasil e que a escravidão foi essencial para sua reprodução nas colônias em virtude, principalmente, da escassez de mão-de-obra livre.

Florestan Fernandes analisa o Brasil capitalista como tendo a necessidade da existência de um Estado Nacional. Mas o regime capitalista não é determinado pela existência ou não de um estado nacional, mas por vários outros fatores como a reprodução e o acúmulo de capital, bem como uma economia de mercado, existência de empresas, preocupação com o lucro e relações assalariadas de produção. Nesse ponto o autor é

coerente ao afirmar que o Brasil irá se tornar capitalista dentro de um processo revolucionário burguês que se inicia com a independência e posteriormente com o fim da escravidão e a sua substituição por trabalho assalariado.

Entretanto, não houve uma revolução burguesa, pois o que ocorreu foram várias mudanças lentas, adaptações da sociedade colonial, de capitalismo mercantil, para uma sociedade capitalista moderna. Uma revolução é caracterizada por mudanças significativas, tanto em âmbito político como econômico e social em um curto momento histórico. O trabalho escravo foi uma anomalia no capitalismo colonial, pois as atividades exercidas nas colônias necessitavam de uso intensivo e vultoso de mão-de-obra e essa não existia nas colônias e nem havia atrativos para que ela se deslocasse da Europa para as colônias, e mesmo que houvesse, nem na Europa havia mão-de-obra suficiente. Frente a essas circunstâncias, a escravidão foi a solução.

Então o Brasil nasceu capitalista antes de ter um estado nacional? Caio Prado Jr. não procura definir o Brasil como nação independente para abordar o surgimento do capitalismo. O autor parte da implantação do capitalismo comercial pelos próprios portugueses que usaram a colônia como uma produtora de gêneros comercialmente valiosos associados às relações escravistas de trabalho, que geravam acúmulo de capital e lucros, onde o trabalho escravo foi uma necessidade pela impossibilidade de introduzir o trabalho livre nas colônias.

Nessas perspectivas, Florestan diverge de Caio Prado Jr. em não aceitar a existência de uma burguesia no período colonial, e de julgar um amplo período histórico como uma revolução burguesa que deu origem ao capitalismo brasileiro. Porém, existia uma burguesia no período colonial, bem caracterizada pelos traficantes de escravos, considerando como mercadoria humana o negro africano.

Além disso, sabe-se que, apesar de não ser a maioria das relações de trabalho no Brasil colônia, existia trabalho assalariado, principalmente aquele especializado para que os engenhos de açúcar pudessem operar. Também, havia preocupação com lucro, reprodução de capital e existência de empresas, ligadas ao cultivo de cana-de-açúcar e demais atividades agropecuárias, que também eram realizadas no período colonial, e outras empresas comerciais, voltadas, principalmente ao mercado interno, que apesar de pífio, existia, mesmo para manutenção da ordem social da colônia.

Referências

ALENCAR, F.; CARPI, L. e RIBEIRO, M.V. *História da sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979.

ALENCASTRO, L. F. de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. – São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ARAÚJO, H. R. Técnica, Trabalho e Natureza na Sociedade Escravista. *Rev. Bras. Hist.* v.18. n. 35. São Paulo, p. 287 – 305, 1998.

CARDOSO, A. Escravidão e sociabilidade capitalista: um ensaio sobre inércia social. *Novos Estudos*, n.80. p. 71 – 88, março, 2008.

CARVALHO, J. M. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das Sombras: a política imperial.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DANTAS, J. *História do Brasil: das origens aos dias atuais.* São Paulo: Moderna, 1989.

FAZOLI FILHO, A. *História do Brasil.* São Paulo: Ed. do Brasil, 1977.

FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil: Ensaio de interpretação sociológica.* 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

FOGEL, R. *Time on the cross: the economics of American negro Slavery.* W.W Norton & Company, 1995.

MARQUESE, R. de B. A dinâmica da escravidão no Brasil. *Novos estudos.* n.74. p. 107 - 123, 2006.

PRADO Jr., C. *História econômica do Brasil*, 24. ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

_____. *A Revolução Brasileira.* 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SCHWARTZ, S. B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial.* – São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, F. A. e BASTOS, P.E.A. *História do Brasil: colônia, império e república.* 2. ed. – São Paulo: Ed. Moderna, 1983.